



DEFESA E DIPLOMACIA – O BRASIL E AS MISSÕES DE PAZ DA ONU

Aspirante Víctor Luiz Meirelles de Souza

Constituindo-se em um singular e dinâmico instrumento de estabilização e mantenedor da paz em áreas de conflito, as operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) visam auxiliar países que se encontram devastados por conflitos, tornando-se uma importante ferramenta ao criar condições para que essas nações alcancem uma paz permanente e duradoura. A missão de paz pioneira das Nações Unidas foi estabelecida em 1948, quando o Conse-

lho de Segurança autorizou a preparação e o envio de militares da ONU para o Oriente Médio, a fim de monitorar o Acordo de Armistício entre Israel e seus vizinhos árabes. Desde então, 63 operações de paz das Nações Unidas foram criadas. Com o passar do tempo, as operações de paz evoluíram tanto em estrutura quanto em emprego, atuando em diferentes panoramas políticos, de acordo com as diferentes necessidades da área de conflito. Criadas em meio ao

contexto da Guerra Fria, a princípio se limitavam à manutenção de acordos de cessar-fogo e ao alívio de tensões sociais, cooperando com ajuda humanitária local e angariando esforços para que se resolvessem os conflitos de forma pacífica. Inicialmente, eram formadas por observadores militares e contingente militar de leve armamento, com a função de monitorar o cessar-fogo e os acordos de paz. Com o fim da Guerra Fria, o emprego das missões de paz mudou radicalmente, devido não somente ao novo cenário político global, mas também às novas formas de conflito e às transformações pelas quais o mundo estava passando. A ONU teve de expandir seu campo de atuação, alterando o emprego estratégico de suas tropas e a tarefa das operações de paz. As missões “tradicionais” envolvendo somente tarefas militares foram substituídas por operações de caráter “multidimensional”, criadas para assegurar o estabelecimento de acordos de paz de grande abrangência e auxiliar a estabelecer pilares para uma paz sustentável. Hoje, as operações realizam um grande escopo de tarefas nos mais diversos âmbitos, desde ajudar a constituir ou instituir governos legítimos, gerenciar o cumprimento dos direitos humanos, assegurar reformas de base social, política, econômica, entre outras, até o desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes nos países em conflito. Atualmente, as operações de paz da ONU são um símbolo de um mundo preocupado em preservar e promover a paz, atuando de maneira a proteger a população de regiões em guerra, assessorar e influenciar as partes beligerantes e trabalhar para a pacificação das áreas de tensão em todo o mundo.

O BRASIL E AS MISSÕES DE PAZ

O Brasil, imbuído em sua política pacífica no que diz respeito a conflitos internacionais, participa de missões de paz da ONU desde a década de 1950. Entre 1957 e 1967, o Brasil participou da 1ª Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF 1), com o Batalhão Suez, que visava apaziguar a tensão entre egípcios e israelenses na península do Sinai e nas proximidades do Canal de Suez. Durante os dez anos no Egito, o Brasil enviou mais de seis mil soldados, exercendo o Comando Operacional da missão entre 1965 e 1966. Nas décadas seguintes, o país atuou nos mais diversos terrenos na Ásia, África e América, com destaque para a atuação nos países lusófonos, como Moçambique e Angola. Além de cooperar para a manutenção da paz nesses países, o Brasil participou

também na reconstrução e na reestruturação das instituições legais nacionais, constituindo um elo de cooperação e de amizade com os novos governos. Só em Angola, em 1995, o Exército Brasileiro enviou mais de mil homens, entre eles vários médicos, enfermeiros e engenheiros.

Em 1999, militares brasileiros tiveram papel destacado na missão enviada ao Timor Leste, a fim de garantir a paz quando da ocasião da sua independência. Observadores foram enviados à região a fim de assegurar a legitimidade do referendo sobre a emancipação do país. Quando da eclosão de guerrilhas armadas apoiadas pelo governo da Indonésia, uma missão militar fora organizada, com participação brasileira, uma vez que nossas autoridades já se encontravam entrosadas com as autoridades locais. O fato de o Timor também ser uma nação lusófona estreitou ainda mais a relação dos soldados brasileiros com a população e cooperou sobremaneira para conscientizar seus habitantes de que a ONU tinha como principal e único objetivo estabelecer a paz e a prosperidade na área. O Brasil conduziu a missão de paz no Timor de 1999 a 2006, assegurando o direito à liberdade e à democracia para aquele povo.

Destaquemos ainda a atuação de nossos observadores espalhados por várias partes da Ásia, Europa e América Central, além daqueles que trabalharam para a solução pacífica dos problemas fronteiriços entre Equador e Peru, que voltaram a eclodir. A participação nas diversas missões de paz trouxe ao Brasil considerável prestígio internacional junto às Nações Unidas e à comunidade internacional. O nosso país hoje é referência no que diz respeito a estruturar, gerenciar e comandar uma missão de paz, angariando respeito à nossa política externa e aumentando a projeção do país no cenário mundial. Atualmente o nome do Brasil aparece em primeiro plano quando surge a necessidade de um agente forte e competente para comandar uma operação de pacificação em qualquer lugar do mundo. Uma prova disso é o fato de o Brasil ter assumido, em 2004, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), estando à frente do contingente de várias nações, quando do período de anarquia vivido pelo país a partir da partida do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide. Outra prova da importância do Brasil nesse campo é a sua recente nomeação para comandar a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FTM – UNIFIL).

A MARINHA DO BRASIL NAS MISSÕES DE PAZ

A Marinha do Brasil (MB), no âmbito das missões de paz das Nações Unidas, tem como agente principal o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). A participação da Marinha é efetiva desde as primeiras missões, com o envio de observadores internacionais ou com a participação de tropas, como ocorreu em Angola, em 1995, na Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM – III). Aquela missão durou seis meses e empregou militares de várias nacionalidades, contribuindo sobremaneira para a experiência dos nossos combatentes.

Ainda em 1995, observadores do CFN participaram da Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEP), cooperando para o apaziguamento das tensões crescentes entre os dois países no que dizia respeito às questões fronteiriças. Também com observadores, a Marinha esteve presente nas principais missões de paz da ONU na antiga República da Iugoslávia, em 1999, que contaram com a participação de vinte e dois países. Ressalta-se que naquele momento a Iugoslávia vivia um momento de crescente tensão entre as suas até então seis repúblicas constituintes, tendo a situação eclodido em conflito armado quando da invasão do Exército sérvio à província do Kosovo.

Atualmente, a MB participa de duas missões de paz de extrema importância: a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano, onde exerce o Comando da Força-Tarefa Marítima.

MINUSTAH – A MARINHA ATUANDO NO HAITI

► ANTECEDENTES

No ano de 2001, a eleição presidencial no Haiti teve como vencedor Jean-Bertrand Aristide, em um pleito sem grandes ícones políticos e no qual menos de 10% da população votou. A oposição então se negou a aceitar o resultado, criando assim um impasse que levaria o país a uma séria crise política. Em 2004, em meio a tensões crescentes e pressionado pela comunidade internacional, principalmente pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e Comunidade das Repúblicas do Caribe (CARICOM), Aristide concordou em dissolver seu gabinete ministerial. Ainda assim, a oposição continuava insatisfeita e promovia carreatas e protestos contra o governo de Porto Príncipe. A violência generalizada explodiu em fevereiro daquele ano,

na cidade de Gonaives, e rapidamente se alastrou pelo país. Em consequência, as forças rebeldes começaram a ocupar as principais cidades do país, sem nenhuma resistência. Os Estados Unidos e a França culparam o presidente Aristide pela crescente onda de violência; este, por sua vez, acusou a oposição de incitar e financiar a atuação dos rebeldes. No decorrer da crise, o apoio político de Aristide se esvaziou e ele renunciou, fugindo para a República Centro-Africana. Imediatamente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas se reuniu e aprovou a Resolução nº 1.592, de 2004, que solicitou a criação de uma força internacional para assegurar a paz e a ordem no Haiti. Após negociações, o Brasil assumiu o Comando da então recém-criada MINUSTAH.

► A MISSÃO

Cumprindo a determinação do Ministério da Defesa e em conformidade com o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, a Marinha do Brasil, através do CFN, participa da MINUSTAH com o envio de soldados, suprimentos, materiais de construção, equipes médicas e de engenharia. Como tropa de vanguarda, os Fuzileiros Navais realizam no Haiti um trabalho de manutenção de paz, policiando, patrulhando e explorando regiões sensivelmente violentas, guetos e comunidades paupérrimas, exercendo um papel não só de combate aos agentes beligerantes mas também humanitário e social. O contingente do CFN complementa as tropas do Exército Brasileiro, o grosso do efetivo brasileiro no Haiti. Os conflitos na capital, nas principais cidades e no interior são constantes, uma vez que os grupos de rebeldes e facções criminosas continuam espalhados por todo o país. Para tornar a situação ainda mais difícil, em janeiro de 2010, um grande terremoto praticamente destruiu o país, ou voltou a destruir aquilo que já havia sido reconstruído após as tensões de 2004. Além de reconstruir e garantir a pacificação, a força de paz voltou seus trabalhos para a arrecadação de mantimentos. Uma crise de abastecimento sem precedentes atingiu o país após o terremoto, e o Haiti viu suas principais conexões obstruídas, armazéns, mercados, celeiros e fazendas destruídos e sua população desorientada. Dos nove milhões de habitantes, 70% não têm emprego e a metade é analfabeta. A Marinha cooperou para que alimentos, remédios e produtos de higiene pessoal, chegassem ao país através de seus navios. Os soldados brasileiros estabelecidos na região distribuíram os mantimentos entre as mulheres. Em um lugar onde mulheres e crianças gozam de pou-



Soldados brasileiros em patrulha no Haiti

quíssimos direitos e exercem um papel subalterno em relação aos homens, as tropas da ONU viram a necessidade de distribuir os víveres apenas entre elas, que após a distribuição eram escoltadas até as suas casas. Como já dito anteriormente, a Missão de Paz no Haiti assume a face que as operações de pacificação realizadas pela ONU assumiram após o fim da Guerra Fria, onde não só o papel militar é relevante, mas também o social e o humanitário. Hoje há no Haiti empreiteiras, engenheiros, arquitetos, médicos, professores, educadores, profissionais de administração, eletricitas, bombeiros, entre outros, e muitos deles militares das tropas de estabilização, que cooperam não só para a paz mas também para a reconstrução do país e para a dignidade de seu povo. Dessa maneira, o Brasil mantém seu compromisso de garantir a paz na região, sempre obedecendo às diretrizes das Nações Unidas e se guiando pelos principais objetivos da missão, que são:

Estabilizar o país.

Pacificar e desarmar grupos guerrilheiros e rebeldes.

Promover eleições livres e informadas.

Formar o desenvolvimento institucional e econômico do Haiti.

UNIFIL – DESAFIO PARA MANTER A PAZ ATRAVÉS DO MAR

► ANTECEDENTES

A UNIFIL foi constituída após um ataque israelense de grande envergadura contra o Líbano. Israel alegou à época que procurava proteger a fronteira norte do país contra possíveis combatentes e guerrilheiros da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), que se encontravam escondidos em território libanês. Criada pelo Conselho de Segurança da ONU através da Resolução nº 425, de 19 de março de 1978, a UNIFIL tinha como objetivo ajudar o Exército libanês a se mobilizar ao longo da fronteira com Israel e velar pela instauração da paz na faixa de fronteira. Ao ser criada, contava com mais de seis mil soldados, número esse que chegou a sete mil em meados de 1982. Israel só desocupou a região em maio de 2000, 22 anos após a criação da força, que finalmente assumiu a missão que recebera do Conselho de Segurança. Infelizmente, a situação na região continua tensa, além da própria situação interna do país. Composto por diferentes grupos étnicos de religiões distintas, o Líbano vive sob um regime de tensão. O governo central não consegue resolver os anseios tanto de sua própria base

aliada quanto da oposição; os muçulmanos, maioria da população, pedem o fim dos direitos dos cristãos e desejam um governo fundamentalista. Além disso, há ainda a presença de milícias, grupos rebeldes armados e organizações terroristas em território libanês. A situação tornou-se mais tênue com as recentes revoltas contra os governos autoritários do norte da África e do Oriente Médio, na chamada “Primavera Árabe”. A Síria, país fronteiriço ao Líbano, passa por um momento conturbadíssimo, vivendo em meio a uma guerra civil sem precedentes. Todos esses fatores cooperam para a apreensão de que uma insurgência de grupos radicais da região acabe por eclodir, acionando um perigoso mecanismo de guerra total entre as nações da região. Em 2006, o Líbano ainda viveu uma guerra, mergulhando o país numa grave crise econômica e deixando deficitárias suas defesas tanto em terra quanto no mar. A fim de evitar um agravamento no quadro político do país, a UNIFIL criou uma Força-Tarefa Marítima (FTM) para a região, com o objetivo de impedir transferências ilegais e o contrabando de armas para grupos rebeldes, terroristas e fundamentalistas. As zonas de patrulha da FTM se localizam sempre fora das 12 milhas marítimas do mar territorial libanês, dentro do

qual atua exclusivamente a Marinha daquele país. A FTM patrulha uma área duas vezes maior que o próprio território libanês e tem de lidar com constantes ameaças todos os dias, como navios querendo furar o bloqueio imposto pela Força-Tarefa, embarcações miúdas que tentam ludibriar os radares e caças das nações vizinhas, estes constituindo a ameaça mais perigosa às embarcações a serviço da ONU.

► ATUAÇÃO DO BRASIL NA UNIFIL

O Brasil, devido ao grande sucesso angariado pela missão desempenhada no Haiti, foi indicado pela ONU, em 2010, para chefiar a Força-Tarefa Marítima da UNIFIL. Aprovada a participação da Marinha pela Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2011, o Brasil assumiu o Comando da FTM – UNIFIL por intermédio do Contra-Almirante Luiz Henrique Caroli. Esta Força-Tarefa é a primeira experiência da ONU no que se refere ao emprego de uma esquadra em uma missão de paz. Composta por nove navios, sendo três deles da Alemanha, dois de Bangladesh, um da Grécia, um da Turquia e um da Indonésia, além da Fragata “Liberal”, a FTM – UNIFIL tem como principal missão gerenciar e monitorar a entrada e saída



Força-Tarefa Marítima da UNIFIL



Fragata “União” em serviço na UNIFIL

de embarcações de águas libanesas, tráfego que gira em torno de quarenta e uma mil embarcações desde a criação da Força, sendo que mais de mil e quinhentas delas já foram encaminhadas às autoridades libanesas. A FTM – UNIFIL fornece, ainda, treinamento de pessoal e equipamentos e exercícios conjuntos com a Marinha Libanesa com o objetivo de reforçar as capacidades libanesas de patrulha naval. Além disso, a FTM assumiu as mais variadas tarefas, desempenhando papel importante nas operações de busca e salvamento após naufrágios e em monitoramento de aeronaves, que abrange tanto aquelas avariadas e que possam ter caído no mar ou ao longo da costa libanesa como aeronaves não autorizadas a voar no espaço aéreo libanês. Dotadas de equipamentos modernos, principalmente após o amplo projeto de modernização denominado MODFRAG, as Fragatas da Classe “Niterói” foram especialmente designadas para atuar na Força-Tarefa Marítima, sendo a primeira delas a incorporar na missão a Fragata “União”. Esta desempenhou com maestria suas funções de patrulha naval, inspeção naval, monitoramento de embarcações, controle do tráfego marítimo e monitoramento de aeronaves não identificadas, além de prover treinamento a marinheiros e oficiais libaneses, realizar exercícios conjuntos com a Marinha daquele país e, ainda, constituir-se no Navio Capitânia (*flagship*) da FTM – UNIFIL. Após oito meses, a Fragata “União” foi rendida por sua irmã de classe, a Fragata “Liberal”. A “Liberal”, dotada dos mesmos sistemas eletrônicos e de armas da “União”, dá continuidade ao

trabalho exercido por sua antecessora. Devido à peculiaridade da missão, a cada novo exercício de que ela participa, a Marinha do Brasil é sempre exposta a novos desafios e a novos requisitos operacionais que ainda não são tão comuns na área do Atlântico Sul, mas que já o são nos chamados “pontos quentes” do globo, como o Golfo de Áden, Golfo Pérsico, Mar Meridional da China, entre outros. O combate a ameaças assimétricas, como barcos-bomba, minas artesanais e lanchas explosivas suicidas, por exemplo, e as abordagens de inspeção e de presa são algumas dessas novidades. É claro que os navios se encontram preparados e a tripulação adestrada para esse tipo de emprego. Guarnecidas com sua “dotação de guerra”, as Fragatas classe “Niterói” que atuam no Líbano estão em elevado nível de excelência, tanto no material humano quanto nos equipamentos, o que as torna aptas a realizar com primazia a sua missão.

ANSEIOS DO BRASIL NAS MISSÕES DE PAZ

A participação brasileira nas missões de paz tem um papel fundamental para a política externa nacional. Nosso país, com cada vez mais destaque no cenário internacional, tem a necessidade de se fazer presente política, econômica e militarmente no mundo e de atender aos anseios da comunidade global. Com forte tradição pacifista, o Brasil hoje é requerido em muitos locais para remediar conflitos e servir de agente apaziguador em áreas de tensão, muito devido ao longo histórico em defesa do diálogo e da paz. Além disso, estando cada vez mais interessado em se destacar no cenário mundial, o Brasil adquire uma voz mais forte e ativa nas Nações Unidas, tornando legítimo nosso pleito quanto a ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A participação do Brasil nas operações de paz também coopera para o melhor adestramento e preparação de nossos soldados e marinheiros ao colocá-los efetivamente em terreno hostil e em contato com todas as atuais técnicas inerentes ao combate.

Não podemos deixar, ainda, de destacar o grande papel social e humanitário que nossos soldados desempenham em solo estrangeiro, que contribui para levar os ideais de liberdade e democracia a todas as nações oprimidas e ajuda às regiões mais carentes do globo, elevando o nome do Brasil no cenário internacional.

CONCLUSÃO

As missões de paz das Nações Unidas ainda estão em contínua evolução em sua percepção conceitual e em sua organização, tudo isso para responder a novos desafios e realidades políticas. Em face à crescente demanda por missões cada vez mais complexas e peculiares, nos últimos anos a ONU tem sido cobrada e desafiada como nunca antes. O laborar vigoroso da Organização tem o intuito de fortalecer sua capacidade de gerenciar e dar sustentabilidade às operações e, deste modo, contribuir para sua mais importante função: manter a segurança internacional e a paz mundial. O Brasil, convencido do seu papel de mantenedor da paz, coopera diuturnamente para que as operações de paz alcancem um elevado nível de sucesso e objetivos cumpridos, proporcionando que os povos do globo possam viver em condições dignas de liberdade e democracia, sem guerra e conflitos, e que, sob a égide

de uma grande e pacífica comunidade internacional, possam atingir o nível ideal de desenvolvimento e bem-estar a que todos nós temos direito.



Soldado brasileiro e menino haitiano. A atuação brasileira nas missões de paz vai muito além do papel militar

BIBLIOGRAFIA

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (Org.). *Brasil em Missões de Paz*. São Paulo, Ed. Usina do Livro, 2005, 241 p.

BASE MILITAR WEB MAGAZINE, www.basemilitar.com.br. *Fragata União na UNIFIL: A maior cartada geopolítica do Brasil nas últimas décadas*. Acessado em 25 de agosto de 2012.

BRASIL, GOVERNO FEDERAL. Brasil no Exterior. Portal Brasil na internet, www.brasil.gov.br. Acessado em 19 de agosto de 2012.

_____, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *A palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)*, Brasília, FUNAG, 1995, 596 p.

CARDOSO, Afonso José Sena. *O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas*. Brasília. Ed. FUNAG, 1998, 168 p.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas*.

FREIRE, Maria Raquel (org.). *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

OLIVEIRA, Lairton Ribeiro de. *As Operações de Paz das Nações Unidas e seu regramento Jurídico*. Santa Maria, Monografia de Graduação, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Maria, 2005, 77 p., mimeografada.

ONU, Organização das Nações Unidas. *A ONU e a Paz*. Portal ONU BR na internet, www.un.org. Acessado em 18 de agosto de 2012.

PODER NAVAL, www.naval.com.br. Marinha do Brasil envia navio para operação de paz no Líbano. Acessado em 20 de agosto de 2012.

_____, *Fragata União incorporada à UNIFIL Maritime Task Force*. Acessado em 20 de agosto de 2012.

_____, *Fragata brasileira fará patrulhas no Líbano*. Acessado em 21 de agosto de 2012.

Brasília, Ed. FUNAG, 1999, 409 p.